



# Anais da Assembléia

N.º 122

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 1.º de OUTUBRO de 1976.

ANO III

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 184.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE OUTUBRO DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Nilso Sguarezi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na Ordem do Dia ao Projeto de Lei número 84/76, que doa ao município de Bocaiúva do Sul, os bens da Usina Hidrelétrica de Tunas.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) Quielse Crisóstomo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, requer, ouvido o Plenário da Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja reconstituída a ponte sobre o Rio Mundiaquara em Porto de Cima, no município de Morretes.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) Alfredo Gulin.

#### JUSTIFICATIVA:

Após ter servido de passagem pelo Rio Mundiaquara em Porto de Cima, durante muitos anos, a ponte, não suportando mais as cargas que por sobre ela eram transportadas e dada as precárias condições em que se encontrava, veio a ruir, impossibilitando o acesso por aquele local, até Morretes.

Mencione-se que o tráfego por ali é de número bastante considerável, merecendo portanto, das autoridades competentes a indispensável atenção, a fim de que seja restabelecida a ordem rotineira de tráfego.

Diante do exposto, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. ALYSSON PAULINELLI, DD. Ministro da Agricultura e ao Exmo. Sr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando sejam tomadas providências no sentido de melhor orientar os agricultores quanto ao uso de defensivos agrícolas, tendo em vista o pronunciamento feito pela Coordenadoria Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, responsável pela área em que está situado o município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1976.

(a) Fidelcino Tolentino.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme acentuou o coordenador estadual de Defesa Sanitária Estadual, que vem acompanhando os trabalhos de plantio de sementes que estão sendo realizados em Cascavel, existem diversas irregularidades no uso de defensivos agrícolas.

Conforme salientou, o mau uso desses defensivos, mata mais do que outros venenos e até mesmo do que o tóxico.

A aplicação indiscriminada desses medicamentos de combate às pragas nas culturas agrícolas, tem causado inúmeras perdas de vidas humanas, além de causar sérios prejuízos à pecuárias.

Segundo aquele coordenador, falta entrosamento, na área da aviação agrícola, entre o Ministério e a Secretaria de Estado encarregados desse importante setor.

Outro ponto importante focalizado, é a possível não aceitação de nossos produtos destinados à exportação, se os países importadores, que se tornam, com razão, cada vez mais exigentes, constatarem, através de análises, altos índices de toxicidade.

Desde que apresenta também algumas sugestões, entendemos ser conveniente a juntada da entrevista concedida pelo mesmo a um de nossos mais conceituados jornais.

Quanto ao problema exposto, constatamos pessoalmente existir, razão pela qual solicitamos a aprovação desse expediente por parte de nossos pares.

Aliás, esse fato foi noticiado ainda na noite de ontem, através de uma de nossas emissoras de televisão, por um telejornal de maior audiência no Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual que subscreve a presente, requer que ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos Anais desta Casa o discurso proferido pelo Senador Nelson Carneiro, no Senado Federal, em 14 de agosto do corrente ano, em memória do ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Pede que, outrossim, uma vez aprovado o presente, seja do mesmo levado conhecimento ao Deputado Federal Ulisses Guimarães, na qualidade de Presidente do Diretório Nacional

do MDB e ao Sr. Nelson Carneiro, bem assim, à Exma. Sra. Sara Kubitschek de Oliveira.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1976.

(a) Muggiati Filho.

**PROJETO DE LEI:**

**PROJETO DE LEI NÚMERO 113/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "São Sebastião", fundada em 25 de fevereiro de 1969, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e a infância em geral, velando pela saúde e bem estar e as necessidades da criança e da gestante.

Pelos inclusos Estatutos da Associação, e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade.

Do exposto, considerando que a aludida Associação preenche todos os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que ofereço o presente projeto de lei à consideração de meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Aprovado.**

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 104/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, objetivando o estudo das alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais para a Indústria Madeireira do Paraná **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 104/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, objetivando o estudo das alternativas técnicas, econômicas e sociais para a indústria madeireira do Paraná.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente, Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 107/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de GENERAL CARNEIRO, objetivando ampliação do prédio da CASA ESCOLAR PEDRO ARAUJO NETO, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 107/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de GENERAL CARNEIRO, objetivando a ampliação do prédio da CASA ESCOLAR PEDRO ARAUJO NETO, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 108/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras do Paraná — EMOPAR, e o município de CORBÉLIA, com os objetivos que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 108/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o município de Corbélia, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente, Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 109/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança e Empresa de Obras Públicas do PARANÁ — EMOPAR, e o município de MEDIANEIRA, com os objetivos que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 109/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 8 de março de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o município de MEDIANEIRA, objetivando a construção e prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 110/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de RONDON, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 110/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e Superintendência do Controle de Erosão no Paraná - SUCEPAR, e a Prefeitura de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 111/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, Projetos de Assistência Técnica, que especifica. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 111/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1976, entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, Projetos de Assistência Técnica, visando a implementação de novas técnicas administrativas na área fazendária estadual e municipal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveria, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 112/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresas de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de REALEZA, objetivando construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, no referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 112/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 14 de agosto de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o município de Realeza, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 113/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de PALMITAL, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, no referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 113/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 03 de maio de 1976, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o município de PALMITAL, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente, Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 114/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de ALTO PIQUIRI, objetivando combate a erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 114/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 115/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido município. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 115/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - EMOPAR, e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 116/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de ANTÔNIO OLINTO, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 116/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica aprovado o Convênio celebrado em 12 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Antônio Olinto, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 117/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 117/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a delegacia de polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho)** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja reconstruída a ponte sobre o Rio Mundiaquara, em Porto de Cima, município de Morretes. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na ORDEM DO DIA, do Projeto de Lei número 84/76. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura e Secretário da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas providências a fim de melhor orientar os agricultores quanto ao uso de defensivos agrícolas. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do discurso proferido, pelo Senhor Senador Nelson Carneiro, no Senado Federal, em memória do ex-Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. — **APROVADO.** — (O DISCURSO ACHA-SE PUBLICADO NO FINAL DESTA ATA).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 4, à hora regimetal, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 167/76, 167/76, 169/76, 170/76, 171/76 e 172/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 173/76, 174/76, 175/76, 176/76, 177/76, 178/76, e de Lei número 162/75.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 150/76, 151/76, 152/76, 179/76, 180/76, 182/76, 65/76 e 90/76.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO MUGGIATI FILHO, EM SESSÃO DO DIA PRIMEIRO DE OUTUBRO DE 1976.**

**DISCURSO PROFERIDO PELO  
SENHOR SENADOR NELSON CARNEIRO**

Sr. Presidente.

Srs. Senadores.

A política é a esperança. Foi o que, no último encontro, Juscelino Kubitschek de Oliveira confiou a Ulysses Guimarães.

E porque a política era a esperança, desejava que MÁRCIA, com acentuados pendores para a carreira, se iniciasse em Minas Gerais, talvez para retomar o caminho por ele percorrido, mas certamente para não interromper o convívio fraternal com Renato Azeredo, o filho que a política lhe deu e que nunca lhe faltou.

Doze anos haviam passado sem que a Juscelino fosse dado participar da luta partidária, embora, como no verso imortal, mais doze aguardaria para fazê-lo, se para tão grande amor tão curta não lhe tivesse sido a vida.

Meu pensamento se volta, Senhor Presidente, para os dias derradeiros de MAIO e primeiros de JUNHO de 1964.

De todas as fontes, inclusive do Palácio do Planalto, vinham notícias da cassação iminente de nosso injustiçado colega, de público apontado por seu inimigo da época um dos que, sem defesa, deveriam ser lapidados politicamente pelo poder onipotente.

Sobre o Congresso Nacional, já tão mutilado, continuava a pesar uma permanente ameaça.

Naquela tarde de 2 de junho, rompi o debate na Câmara dos Deputados.

E, em meio à emoção do plenário, manifestada nas sucessivas palmas e no veemente aparte de Martins Rodrigues, afirmei:

— “Não faço, neste instante, a defesa do Sr. Juscelino Kubitschek, mas a uma Nação Civilizada se deve pedir que se conceda a esse homem o direito de defender-se das acusações que se lhe fazem, antes de condená-lo.

Defendi isto na última reunião do Congresso, para todos os brasileiros.

Pedi até que se restaurasse o Tribunal de Segurança Nacional, para que todos tivessem oportunidades de produzir sua própria defesa, mínima que fosse. No caso do Sr. Juscelino, é preciso significar que esse é um cidadão do mundo que nasceu no Brasil”.

Na tarde seguinte, nesta Alta Casa, o Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira asseverava, ainda sem perder a esperança em dias que mesmo a passo tardo ainda não chegaram:

— “Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adiantou-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas de trevas que já estão caindo sobre nós. Mas delas saltaremos para a ressurreição de um novo dia, dia em que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana”.

Gilberto Marinho e eu o acompanhamos até à porta, até ao automóvel.

Tanto Gilberto quanto eu, entretanto, imaginávamos então que não tardaria a hora em que Juscelino tornaria a estas bancadas.

Nem ele mesmo, aquele inveterado esbanjador de esperanças, deveria prever, no momento da despedida, que a existência, por mais longa que tivesse sido, a vigorar os atuais textos constitucionais, não permitiria, nunca mais, falar ao povo brasileiro deste altar que ele plantara no coração da Pátria.

Estávamos, os três, contaminados da política, que é a esperança.

A divulgação de sua correspondência mostrará que Juscelino jamais descreu do momento deste reencontro. De

Paris, escrevia-me:

— “A sua atitude corajosa, propondo a revisão das injustiças, será acolhida pela história contemporânea do Brasil. Nove bravos o acompanharam, ontem. Nove milhões estarão, ao seu lado, amanhã, lutando pela implantação do Direito e da Justiça.”

Agora que começa a ser descerrado o denso véu que cobria as cassações, já não serão nove milhões, nem noventa milhões, mas a Nação inteira que clamará por uma revisão, que, corrigindo erros e superando equívocos, devolva à comunhão da Pátria tantos dela brutalmente arrancados.

Sinto neste instante, Senhores Senadores, em minha mão a mão afetuosa e fraterna de Gilberto Marinho e, já agora, não saímos, mas entramos neste agosto plenário, conduzindo de volta a JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA. Esta é festa do reencontro. Dele com a política, que é a esperança. Dele com a História, que se escreve no presente e não no futuro. E o Senado Federal, que o ouviu numa angústia respeitosa em 1964, hoje o saúda com emoção:

— “o golpe que na minha pessoa de ex-Chefe de Estado querem desfechar atingirá a vida democrática, a vontade livre do povo. Não me estão ferindo pessoalmente, mas a todos os que se julgam no direito de escolher a quem desejam escolher para presidir o seu destino”.

Apaguem as lágrimas a família, os amigos, os colegas, os correligionários, os adversários, os indiferentes, os inimigos, a Nação brasileira. Ele voltou, ele está entre nós. O povo devolveu-lhe os direitos políticos que o povo não lhe cassou. E Deus perdoará aos que não o perdoaram, que a todos Juscelino teve tempo e misericórdia, para, em vida, perdoá-los.

Revejo-o, sorridente e otimista. Sim, a política é a esperança. Ele voltou, banhado e redimido nas lágrimas do povo. Senhor Presidente, vamos cumprimentar em sua bancada ao Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.